
MONITORIZAÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR NA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIOS METODOLÓGICOS E PROPOSTAS PARA UMA AVALIAÇÃO INTEGRADA

*Monitoring Food Insecurity in the Community of Portuguese Language Countries:
methodological challenges and proposals for an integrated assessment*

*Suivi de l'insécurité alimentaire dans la Communauté des Pays de Langue Portugaise :
défis méthodologiques et propositions pour une évaluation intégrée*

*Monitoreo de la inseguridad alimentaria en la Comunidad de Países de Lengua
Portuguesa: desafíos metodológicos y propuestas para una evaluación integrada*

Hugo de Sousa Lopes*

*.Nutricionista Especialista em Nutrição Comunitária e Saúde Pública, Mestre e Doutorando em Saúde Pública. Departamento de Alimentação e Nutrição. Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, Av. Padre Cruz 1640-016 Lisboa, Portugal. Telefone: +351 217519200. E-mail: hugo.lopes@insa.min-saude.pt

Resumo

A monitorização da Insegurança Alimentar (IA), assim como de outros indicadores necessários à avaliação da fome, é fundamental para elaboração e monitorização do impacto de políticas públicas, dos próprios fatores determinantes da IA, bem como para uso como *benchmarking*. A IA passou a desempenhar um papel de relevo no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), nomeadamente no ODS 2. Apesar da importância desse indicador, são-lhe reconhecidas algumas questões metodológicas que carecem de devida atenção, debate e consequente mitigação: diferentes instrumentos de avaliação; metodologias de avaliação diretas e indiretas; descontinuidade da reportação dos dados aos organismos internacionais; desfasamentos nos momentos de recolha de informação; frequência indefinida para a recolha da informação; faixas etárias dispare das amostras; pouca sensibilidade dos instrumentos mais usados para populações de crianças e adolescentes. Com a ocorrência de ciclos cada vez mais curtos de situações sociopolíticas globais com profundo impacto na disponibilidade alimentar e nos preços dos alimentos, tornam-se prementes orientações na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa para a recolha de dados da IA: com maior frequência; com representatividade nacional e regional; com capacidade de levantar informação específica para crianças e adolescentes; que esteja baseada em *settings* escolares.

Palavras-chave: insegurança alimentar; monitorização; indicadores de saúde; políticas públicas; CPLP; Comunidade de Países de Língua Portuguesa.

Abstract

Monitoring Food Insecurity (FI), as well as other indicators necessary for assessing hunger, is fundamental for developing and monitoring the impact of public policies, the determinants of FI themselves, and for benchmarking purposes. FI has come to play a significant role within the Sustainable Development Goals (SDGs), particularly SDG 2. Despite the importance of this indicator, some methodological issues are recognized that require due attention, debate, and consequent mitigation: different assessment instruments; direct and indirect assessment methodologies; discontinuity in data reporting to international organizations; delays in data collection; indefinite frequency of data collection; disparate age ranges in samples; and low sensitivity of the most commonly used instruments to child and adolescent populations. With the occurrence of increasingly shorter cycles of global socio-political situations with a profound impact on food availability and food prices, guidelines for the collection of AI data are becoming urgently needed in the Community of Portuguese-Speaking Countries: with greater frequency; with national and

regional representativeness; with the capacity to gather specific information for children and adolescents; and based in school settings.

Keywords: food insecurity; monitoring; health indicators; public policies; CPLP; Community of Portuguese Language Countries.

Résumé

Le suivi de l'insécurité alimentaire, ainsi que d'autres indicateurs nécessaires à l'évaluation de la faim, est fondamental pour l'élaboration et le suivi de l'impact des politiques publiques, la compréhension des déterminants de l'insécurité alimentaire et à des fins de comparaison. L'insécurité alimentaire joue désormais un rôle important dans le cadre des Objectifs de développement durable (ODD), en particulier l'ODD 2. Malgré l'importance de cet indicateur, certains problèmes méthodologiques nécessitent une attention particulière, des débats et des mesures d'atténuation : divers instruments d'évaluation ; méthodologies d'évaluation directes et indirectes ; discontinuité dans la transmission des données aux organisations internationales ; retards dans la collecte des données ; fréquence indéterminée de la collecte des données ; hétérogénéité des tranches d'âge dans les échantillons ; et faible sensibilité des instruments les plus couramment utilisés aux populations d'enfants et d'adolescents. Face à la multiplication et à l'accélération des crises sociopolitiques mondiales ayant un impact profond sur la disponibilité et les prix des denrées alimentaires, des lignes directrices pour la collecte de données sur l'insécurité alimentaire sont devenues urgentes au sein de la Communauté des pays de langue portugaise : une collecte plus fréquente, représentative aux niveaux national et régional, permettant de recueillir des informations spécifiques sur les enfants et les adolescents, et menée en milieu scolaire.

Mots-clés : insecurite alimentaire; suivi; indicateurs de sante; politiques publiques; CPLP; Communauté des Pays de Langue Portugaise.

Resumen

El seguimiento de la inseguridad alimentaria (IA), así como de otros indicadores necesarios para evaluar el hambre, es fundamental para desarrollar y monitorear el impacto de las políticas públicas, los determinantes de la IA y para fines de evaluación comparativa. La IA ha adquirido un papel significativo dentro de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS), en particular el ODS 2. A pesar de la importancia de este indicador, se reconocen algunos problemas metodológicos que requieren la debida atención, debate y mitigación: diferentes instrumentos de evaluación; metodologías de evaluación directas e indirectas;

discontinuidad en la presentación de informes de datos a organizaciones internacionales; retrasos en la recopilación de datos; frecuencia indefinida de la recopilación de datos; rangos de edad dispares en las muestras; y baja sensibilidad de los instrumentos más utilizados a las poblaciones infantiles y adolescentes. Con la ocurrencia de ciclos cada vez más cortos de situaciones sociopolíticas globales con un profundo impacto en la disponibilidad y los precios de los alimentos, se necesitan urgentemente directrices para la recopilación de datos de IA en la Comunidad de Países de Lengua Portuguesa: con mayor frecuencia; con representatividad nacional y regional; con capacidad para recopilar información específica para niños y adolescentes; y con base en entornos escolares.

Palabras clave: inseguridad alimentaria; monitorización; indicadores de salud; políticas públicas; CPLP; Comunidad de Países de Lengua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

A avaliação da Insegurança Alimentar (IA) é uma prática basilar de toda a complexa e, mais do que reconhecidamente, necessária monitorização da fome, em conjunto com outros indicadores, como a disponibilidade alimentar, a prevalência de desnutrição, o consumo alimentar, os preços dos alimentos e a inflação¹.

A monitorização dessa informação é sempre determinante, quer para a elaboração de políticas públicas, quer para a monitorização do impacto delas, mas também na validação da capacidade de resiliência das famílias na resposta a crises de vários tipos, bem como de todo o sistema de apoio social às famílias carenciadas.

Os anos 1970 foram um marco incontornável na agenda política mundial relativamente ao enfoque nas questões relacionadas com a IA. Em 1974, a Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) começou a reportar informações desse tipo com os primeiros relatórios sobre a fome no mundo, os quais coincidem com a Cimeira Mundial da Alimentação de Roma, na qual se consensualizou a primeira definição de Segurança Alimentar (*Food Security*). Já os dados sistemáticos da Prevalência de Desnutrição (PoU, na sigla em inglês para Prevalence of Undernourishment) reportados pela FAO remontam a 1975².

Apesar de o termo IA ter sido “forjado com o chumbo” da I Guerra Mundial, à luz das carências alimentares daí decorrentes, por esses tempos, o conceito estava substancialmente mais relacionado com o princípio da Soberania Alimentar. Desde a primeira definição da FAO em 1974 até aos dias de hoje, o conceito foi sofrendo algumas alterações,

sempre inclusivas na dimensão das suas condições influenciadoras e dos seus determinantes. De acordo com a FAO, continua a vigorar a definição estabelecida no *World Food Summit* de 1996: *“Food security exists when all people, at all times, have physical and economic access to sufficient, safe and nutritious food that meets their dietary needs and food preferences for an active and healthy life”*³, à qual foi adicionada, em 2001, a dimensão social da segurança alimentar pelo que se passou a definir como sendo

[...] uma situação que existe quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutricionalmente adequados, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável⁴.

Assim, estamos perante um conceito multidimensional, que poderá expressar-se cronicamente por via da sua associação a problemas de pobreza estrutural ou contínua e baixos rendimentos; ou a situações transitórias, relacionadas com períodos de pressão intensificada causados por desastres naturais, crises ou colapsos económicos, ou situações de conflito armado⁵. Não podemos deixar de referir que este cariz multidimensional foi ainda mais reforçado por via da teoria da fome de Amartya Sen, Prémio Nobel da Economia em 1998, e que deu destaque ao efeito dos direitos individuais no acesso aos alimentos, nomeadamente a educação, a saúde, o trabalho e os direitos sociais, para além dos recursos baseados na produção, trabalho, comércio e transferências⁶.

Dessa forma, a conceitualização idealizada na Cimeira, de 1996, reivindica que toda a análise a ser efetuada no âmbito dos determinantes da IA inclua: as dimensões, tais como o acesso, a disponibilidade, a utilização dos alimentos e a estabilidade/sustentabilidade; o nível, por exemplo, individual, familiar, nacional e global; e outros determinantes, como quantidade, qualidade, segurança alimentar, aceitação, preferências culturais, abordagens de meios de subsistência, grau de privação/pobreza, vulnerabilidade, capacidade de resposta ao risco e gestão do risco⁷. Nota-se o impacto que a IA pode ter como determinante de elevada fragilidade, maus *outcomes* de saúde e de desigualdades no acesso à saúde⁸. Portanto, a análise da IA passa a ser, essencialmente, um construto social e político.

Acresce que a IA passa a desempenhar, também, um papel de relevo no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), fundamentais na agenda política das Nações Unidas e dos respetivos Estados-Membros, na resposta, até 2030, aos desafios de saúde, ambientais, políticos e económicos. Nesse contexto, a promoção de uma alimentação saudável, suficiente e acessível teve enfoque central por meio da sua priorização pelo ODS 2 – “Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover uma agricultura sustentável”. No entanto, apesar da adequada

produção alimentar global, subsistem milhões de pessoas a passar fome ou desnutridas, o que ameaça não só o cumprimento do ODS 2 e de todas as suas metas de nutrição, como também coloca em risco toda a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030, devido à indisponibilidade, inacessibilidade ou incapacidade de aquisição de alimentos seguros e nutricionalmente adequados².

No contexto da CPLP, o Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, no âmbito da sua Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional (ESAN-CPLP) de 2011, sugeria que se melhorassem “os mecanismos de monitoria da situação de insegurança alimentar e nutricional e das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)”, extensível a todos os países. No diagnóstico de situação da Estratégia, a análise de Institucionalidade da SAN indicava que, à data, três países não apresentavam qualquer estrutura institucional que procedesse à monitorização da SAN, pelo que decidiu o Conselho, nos seus Princípios de Acordo Político, determinar que os Estados-Membros, no âmbito da construção e de reforço de quadros institucionais, no ponto 10, passem a “adoptar e reforçar sistemas de monitoramento e avaliação da situação de insegurança alimentar e nutricional [...]”, adotando medidas concretas nessa matéria nas ações inerentes ao seu Eixo 2, nomeadamente pelo desenvolvimento de um programa de reforço dos sistemas nacionais de informação sobre a SAN⁹.

Dessa forma, a monitorização sistemática e frequente da IA torna-se um fator de importância estrutural na fundamentação e monitorização das políticas públicas, pelo que a efetivação de modelos de atuação que sejam compagináveis ao nível transnacional poderá ser uma excelente medida de *benchmarking*, quer de resultados, quer de políticas públicas.

DESENVOLVIMENTO

Instrumentos de Avaliação da Insegurança Alimentar

As primeiras questões que se levantam do ponto de vista metodológico são, naturalmente, relacionadas com a duplicidade dos instrumentos de avaliação da IA.

As metodologias de avaliação da IA podem ser classificadas em dois tipos: avaliação direta ou avaliação indireta¹⁰. Várias metodologias poderiam ser consideradas, nesta análise, nomeadamente: a Four Domain Food Insecurity Scale (4D-FIS) — uma escala usada como complemento a outras escalas de IA; a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) — especificamente validada na população brasileira; metodologias indiretas base-

adas na diversidade alimentar, como são os casos da Minimum Dietary Diversity (MDD) da FAO e o Household Dietary Diversity Score (HDDS), mais usada pelo World Food Program; ou outras metodologias menos convencionais e em crescimento, como a detecção remota, baseada em modelos de produção agrícola — ou modelos de *machine learning*, ambos potencialmente muito úteis, nomeadamente para zonas de difícil recolha de dados, mas concomitantemente muito dependentes de dados de qualidade. Contudo, e sem embargo desses exemplos que podiam ser utilizados para exemplificação, considerou-se a utilização daqueles que não só têm sido mais utilizados como referência pela FAO como também já possuem maior histórico de informação recolhida nos países da CPLP. Dessa forma, existem duas escalas que podem ser consideradas como exemplos para a avaliação direta, Household Food Insecurity Access Scale (HFIAS) e Food Insecurity Experience Scale (FIES), e uma metodologia de referência para a avaliação indireta, a Prevalência de Desnutrição.

A avaliação direta da IA está tradicionalmente associada à avaliação das condições de acesso aos alimentos por escalas psicométricas de avaliação. Um exemplo clássico da avaliação direta da IA dos agregados familiares é a HFIAS¹¹. Essa escala foi desenvolvida originalmente pelo U.S. Department of Agriculture (USDA), mas passou a ser utilizada como referência pela U.S. Agency for International Development (USAID). Esses tipos de escala englobam as várias dimensões da IA desde a mais abrangente dimensão económica relativa à inexistência de capacidade de aquisição de alimentos nutricionalmente adequados, podendo analisar situações de restrição da quantidade de alimentos consumidos em determinados períodos e, também, as dimensões psicológica e social, que analisam questões como as preocupações e os medos relacionados com a putativa ocorrência de falta de alimentos¹⁰.

Outro exemplo clássico da avaliação direta é a FIES, usado pela FAO, para estimar a proporção da população que passa por dificuldades no acesso aos alimentos, em diferentes níveis de severidade, com base em dados recolhidos em entrevistas diretas¹².

A FIES foi desenvolvida a partir de duas escalas de IA muito utilizadas — a americana, acima mencionada, e a Latin American and Caribbean Food Security Scale (ou ELCSA no acrónimo espanhol) — e consiste em um conjunto de oito perguntas curtas de sim/não feitas diretamente às pessoas, tipicamente em entrevistas presenciais, embora também possam ser realizadas por telefone. Tal como as escalas originais, evidenciam-se comportamentos e experiências alimentares autorrelatados, associados a dificuldades crescentes no acesso a alimentos devido a restrições de recursos e cujo construto se divide em três domínios: incerteza/ansiedade, alterações na qualidade dos alimentos e alterações na quantidade de alimentos¹².

Já no que diz respeito à avaliação indireta, a PoU é uma medida que usa metodologias *proxy* de estimativa da severidade da IA por meio da disponibilidade energética per capita. É uma ferramenta vastamente utilizada pela FAO e não deve ser confundida, na análise dos seus resultados, com a FIES, uma vez que a PoU representa uma estimativa da adequação do consumo alimentar energético em uma população, com base nas estimativas de disponibilidade alimentar em nível nacional, no consumo alimentar e nas necessidades energéticas populacionais¹³. Assim, a FIES não se destina a quantificar o consumo de alimentos nem fornece uma avaliação quantitativa da qualidade da dieta, do estado nutricional ou para detectar deficiências nutricionais ou obesidade. A FIES fornece estimativas da proporção da população que vive em IA, não sendo suficientemente específica para medir os determinantes da IA, tais como as condições climáticas, a produção e disponibilidade de alimentos, a volatilidade dos preços dos alimentos e a pobreza/rendimento, a proteção social, o acesso a serviços públicos, entre muitos outros¹⁴.

Apenas, portanto, associando inquéritos do tipo direto com outros que também recolham informações sobre determinantes e/ou resultados da IA será possível ajudar a identificar os diferentes fatores de risco para a IA individual ou familiar e as suas consequências em diferentes contextos¹³.

De forma geral, esses inquéritos são utilizados para classificar os respondentes em diferentes categorias de gravidade de IA, cujos níveis são: ligeira, moderada e severa¹⁴.

Avaliação da Insegurança Alimentar em Crianças em Idade Escolar

A desnutrição infantil tem vindo a ser reconhecida como uma variável altamente dependente e com tendência a agravar-se com a inflação dos preços dos alimentos. O grande pico nos preços dos alimentos entre 2021 e 2023 foi associado a taxas mais elevadas de desnutrição aguda (*wasting*) entre crianças com menos de 5 anos de idade. Um aumento de 10% nos preços dos alimentos está associado a uma subida de 2,7% a 4,3% na desnutrição aguda global e a um aumento de 4,8% a 6,1% na desnutrição grave entre crianças com menos de 5 anos².

O conhecimento sobre a IA em crianças e adolescentes sempre se baseou essencialmente em relatos das mães ou, quanto muito, dos pais, transformando-se, dessa forma, em uma questão doméstica em que toda a gestão é efetuada pelos pais na tentativa de proteger os seus filhos deste fenómeno¹⁵.

No entanto, entrevistas realizadas a crianças e adolescentes entre 6 e 17 anos revelaram vários subconstrutos das suas experiências de IA: têm consciência da IA cognitivamente, emocionalmente e fisicamente, e assumem a responsabilidade por ela ao participarem em estratégias dos adultos para gestão de recursos alimentares, podendo,

também, iniciar as suas próprias estratégias para fazer os alimentos render e gerar recursos em termos de comida ou dinheiro para comida¹⁶.

Dessa forma, sendo as crianças e adolescentes sensíveis aos seus ambientes e vulneráveis a agentes estressantes nos seus meios a níveis físico, psicológico e social, quando experienciam IA, um agente estressante comum nos ambientes de crianças e adolescentes em nível global, apresentam resultados negativos em vários aspetos, incluindo maior probabilidade ou intensidade de problemas de comportamento, interações sociais perturbadas, desempenho escolar comprometido, ingestão alimentar deficiente, baixa atividade física, baixa funcionalidade física em atividades diárias e exercício, saúde física geral debilitada e doenças, saúde mental precária e sentimentos de vergonha¹⁵.

A maior parte do que pensávamos saber sobre IA em crianças e adolescentes, portanto, difere muito da realidade, uma vez que, por via dos pais, percebemos quatro subconstrutos da experiência de IA, enquanto por via das crianças e adolescentes verificamos seis subconstrutos da experiência de IA, sendo que os pais percebem apenas 40% das experiências das crianças relativamente à IA infantil.

Atualmente, apenas os sistemas nacionais e globais conseguem avaliar a IA do agregado familiar, incluindo agregados com crianças e adolescentes, mas geralmente não conseguem fornecer informações precisas sobre as experiências de IA de crianças e adolescentes dentro desses lares¹⁷. Acresce que a FIES aplicada anualmente na sondagem Gallup World Poll (GWP) tem como população-alvo pessoas com idade igual ou superior a 15 anos; já os Inquéritos de Saúde Escolar Global da OMS são realizados com adolescentes escolarizados a partir dos 11 anos e não abordam toda a expressão da IA por utilizarem apenas um item sobre ter comida suficiente para comer¹⁵.

Dessa forma, a aplicação sistematizada e frequentes de uma escala de IA direcionada apenas a crianças e adolescentes poderá ser de elevada importância para uma avaliação precisa das experiências deles, que vivenciam a IA, aplicada, nomeadamente, em contexto escolar e correlacionada com variáveis do próprio ambiente escolar que possam funcionar como medidas de rede de suporte à mitigação das situações de IA em crianças e adolescentes, como o almoço escolar, a garantia alimentar em férias, as iniciativas de pequeno-almoço escolar, ou a disponibilização de refeições para o fim de semana.

Problemas metodológicos e insuficiência na reportação

Já foram detalhadamente explicadas as diferenças metodológicas entre a FIES e a PoU; contudo, outras questões devem ser tidas em conta.

Em primeiro lugar, o fato de o FIES ser realizado não só pelo GWP, mas também pelas instituições oficiais de estatística de vários países. Nota-se que, nesses casos,

o impacto da utilização do *benchmarking* — para comparar impacto de implementação de políticas ou de alterações de elevado impacto nos preços dos alimentos em curtos períodos — poderá ser comprometido por questões relacionadas com inexistências ou atrasos sistemáticos de reportação desses dados à FAO. Em uma rápida análise no *website* da FAO, podemos verificar que, no que diz respeito aos dados mais recentes, dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, seis países não reportam dados há mais de quatro anos, dois países nunca reportaram qualquer dado e apenas três países mantêm uma reportação sistemática e continuada¹⁸.

Em segundo lugar, não podemos deixar de sublinhar a divergência nos períodos de receção de dados, dada a atualidade da origem destes. Efetivamente, enquanto os dados da FIES estão disponíveis quase em tempo real — se com origem no GWP e menos frequentemente se entidades nacionais —, os dados da PoU são derivados de informação sobre consumo alimentar, que não é recolhida em uma base anual. Nesse caso, baseiam-se em estimativas de dados que se referem a poucos e, por vezes, a vários anos no tempo. Se quando há informação recente de consumo, as duas realidades tendem a sobrepor-se, quando tal não acontece, as duas séries poderão divergir de forma substancial¹⁹. Dessa forma, não só existe risco de falhar na expressão de fenômenos que afetam a extensão real da desigualdade no consumo de alimentos, como também se reforça a indispensabilidade de garantir avaliações sistemáticas e frequentes de IA para que pelo menos uma das séries permita analisar tendências e expressar alterações decorrentes de determinantes com ação em ciclos de curto prazo.

Uma terceira questão prende-se à já reportada diferenciação entre as populações-alvo dos estudos. As amostras do GWP são destinadas a populações com 15 anos ou mais. Se, por um lado, já percebemos que a própria metodologia não será a mais indicada para reportar a experiência de IA para adolescentes, por outro, a prevalência para toda a população é calculada em uma estimativa com base no número de crianças potencialmente a viver em um lar em que pelo menos um adulto está sujeito à IA, por meio de uma técnica de ajuste estatístico¹⁴.

Por último, deve notar-se que, por norma, as amostras nacionais da FIES pelo GWP têm um tamanho amostral de aproximadamente mil indivíduos, o que representa intervalos de confiança elevados para a amostra. Quando estamos a falar de amostras próprias de maior dimensão realizadas pelos institutos de estatística de cada país, os intervalos de confiança tendem a diminuir. Acresce ainda que, para reduzir a potencial variabilidade interanual das diferentes amostragens, a FAO usa médias trienais de todas as colheitas de dados que possam ter ocorrido no triênio¹⁴.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reportações do Instituto Nacional de Estatística (INE) portugueses indicam que os avanços na monitorização dos ODS são lentos e que ainda há indicadores a carecer de resultados. As tendências de crescimento e rapidez dos indicadores do ODS 2 ainda não podem ser consideradas como satisfatórias, apesar da pequena melhoria demonstrada na evolução da taxa de prevalência da IA moderada e/ou grave que teve um crescimento anual médio de -2,69% no período 2019-2024²⁰. A própria Declaração de Bissau do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional (Consan) da CPLP refere estarem “longe de ser alcançadas, as metas definidas pelo ODS n.º 2 da Agenda das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, de «acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável»”²¹.

Todas as metodologias que possam fornecer mais e melhor informação sobre IA devem ser implementadas com a maior prontidão. Essas são as próprias recomendações do Consan da CPLP e da FAO que, no relatório *The State of Food Security and Nutrition in the World 2025*, apontam para a necessidade de “reforçar e investir no fluxo de dados e de informação, [...] fortalecida por dados de alta qualidade e atualizados [...] para que estes dados transparentes e oportunos apoiem uma tomada de decisão mais eficaz”²².

Acresce que a frequência da aplicação dos instrumentos existentes dificilmente consegue expressar, individual ou cumulativamente, o impacto na IA das recentes ocorrências económicas e sociais globais de pequenos ciclos. Recordemos que, nos últimos seis anos, existiu uma crise derivada da pandemia da covid-19, uma crise inflacionária derivada da invasão à Ucrânia pela Rússia e, atualmente, vivenciamos uma crise no preço dos combustíveis, agravada pela guerra no Irã, com importantíssimos impactos inflacionários, cuja extensão ainda não podemos percepcionar, nomeadamente no impacto na disponibilidade mundial de fertilizantes e consequentes aumentos multideterminados dos preços dos alimentos. Durante todo esse período, com variadíssimos condicionantes da disponibilidade alimentar, sequer pode ter sido recolhido qualquer indicador de IA em algumas geografias.

Mesmo no âmbito da One Health, a IA desempenha, também, um papel relevante. O próprio conceito de Sindemia Global reforça a importância que a IA tem em uma das três crises que se consideram interligadas, nomeadamente a crise da desnutrição, assim como é consideravelmente influenciada pelas outras duas crises, da obesidade e das alterações climáticas, com causas comuns e efeitos que se reforçam mutuamente. As crianças estão no centro dessa sindemia, sendo simultaneamente o grupo mais vulnerável e o principal beneficiário de políticas integradas. O relatório da Lancet Commission sobre a sindemia global reforça a centralidade da escola na prevenção da IA nas crianças, indicando que

programas de alimentação escolar, educação nutricional, acesso à água potável e promoção da atividade física podem melhorar simultaneamente a saúde, a aprendizagem e a sustentabilidade, sugerindo que a educação das crianças sobre nutrição e alterações climáticas pode influenciar também o comportamento dos adultos e da sociedade²². Nos países da CPLP, persistem desafios relacionados com IA, desnutrição infantil, aumento do excesso de peso e elevada vulnerabilidade às alterações climáticas. Uma abordagem integrada de monitorização e intervenção é essencial para proteger o direito das crianças à alimentação adequada, à saúde e a um ambiente sustentável, pelo que o investimento em políticas públicas integradas gera benefícios ao longo de todo o ciclo de vida, fortalecendo o capital humano e contribuindo para sociedades mais equitativas e resilientes.

Por isso, considera-se de elevada importância a sistematização da aplicação de um questionário de avaliação da experiência de IA dirigido a crianças e adolescentes, de forma sistemática, com uma frequência trienal — de forma a conjugar, quer a garantia de uma avaliação efetiva nos três anos usados metodologicamente para definir médias, quer a redução do ónus com encargos financeiros derivados de maiores frequências de aplicação dos questionários —, e com a sua base de implementação a ser efetuada em um modelo de escolas sentinelas, que assegurem a representatividade nacional e regional de cada país, de forma que se possam recolher dados com séries lineares que permitam avaliar o impacto tanto das crises quanto das medidas de mitigação, na vida das famílias e das crianças, e com a associação dessa informação a dados relativos às medidas de apoio alimentar implementadas no *setting* escolar — em alinhamento, também, com os compromissos assumidos no âmbito da Global Alliance against Hunger and Poverty, da qual todos os países da CPLP são membros²³. Nesse panorama, nota-se a importância dessa estratégia no âmbito da adesão da CPLP à Coligação para Alimentação Escolar, em dezembro de 2024²⁴.

Referências

1. Food and Agriculture Organization of the United Nations [Internet]. [Rome]: FAO; © 2026. Measuring hunger, food security and food consumption; [unknown date] [cited 2026 Apr 24]; Background. Available from: https://www.fao.org/measuring-hunger/background/en?utm_source=chatgpt.com
2. Food and Agriculture Organization of the United Nations; International Fund for Agricultural Development; United Nations Children's Fund; World Food Programme; World Health Organization.

The state of food security and nutrition in the world 2025: addressing high food price inflation for food security and nutrition. Rome: FAO; 2025. DOI: [10.4060/cd6008en](https://doi.org/10.4060/cd6008en)

3. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de acção da Cimeira Mundial da Alimentação [Internet]. Rome: World Food Summit; 1996 [cited 2026 Apr 24]. Available from: http://www.fao.org/3/w3613p/w3613p00.htm?utm_source=chatgpt.com

4. Food and Agriculture Organization of the United Nations. The state of food insecurity in the world 2001: food insecurity: when people live with hunger and fear starvation. Rome: FAO; 2001.

5. Clay E. Food security: concepts and measurement. In: Trade reforms and food security: conceptualising the linkages. Rome: FAO; 2003. p. 25-33.

6. Amartya Sen. Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation. Oxford: Clarendon Press; 1981.

7. Uribe MCÁ, Estrada Restrepo A, Summit UN, Shamah-Levy T, Mundo-Rosas V, Rivera-Dommarco JA, et al. An introduction to the basic concepts of food security [Internet]. [unknown place]: EC-FAO Food Security Programme; 2008 [cited 2026 Apr 24]. Available from: <https://openknowledge.fao.org/server/api/core/bitstreams/479ba332-4529-4c32-89ec-3912cd8b14ee/content>

8. Vieira ER, Vaccaro JA, Zarini GG, Huffman FG. Health indicators of US older adults who received or did not receive meals funded by the Older Americans Act. J Aging Res. 2017;2017:2160819. DOI: [10.1155/2017/2160819](https://doi.org/10.1155/2017/2160819)

9. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional ESAN-CPLP: partes I e II. VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP [Internet]. Lisboa: CPLP; 2011 [cited 2026 Apr 24]. Disponível em: Available from: https://san.cplp.org/esan/documentacao-importante/?utm_source=chatgpt.com

10. Trigueiro H, Sequeira R. Insegurança alimentar e o impacto na saúde em Portugal: uma revisão narrativa [Internet]. Coimbra: Actuar – Associação para a Cooperação e o Desenvolvimento; 2021 [cited 2026 Apr 24]. Available from: https://www.dhana.pt/storage/downloads/files/2021/10/inseguranca-alimentar-e-o-impacto-na-saude-em-portugal-analise-1.pdf?utm_source=chatgpt.com

11. Coates J, Swindale A, Bilinsky P. Household Food Insecurity Access Scale (HFIAS) for measurement of household food access: indicator guide (v.3). Washington (DC): FHI 360/FANTA; 2007.

12. Ballard TJ, Kepple AW, Cafiero C. The food insecurity experience scale: developing a global standard for monitoring hunger worldwide [Internet]. Rome: FAO; 2013 [cited 2026 Apr 24]. Disponível em: http://www.fao.org/economic/ess/ess-fs/voices/en/?utm_source=chatgpt.com
13. Food and Agriculture Organization of the United Nations [Internet]. [Rome]: FAO; © 2026. Measuring hunger, food security and food consumption; [unknown date] [cited 2026 Apr 24]; Hunger. Available from: https://www.fao.org/measuring-hunger/en?utm_source=chatgpt.com
14. Food and Agriculture Organization of the United Nations. Methods for estimating comparable rates of food insecurity experienced by adults throughout the world [Internet]. Rome: FAO; 2016 [cited 2026 Apr 24]. Available from: https://www.fao.org/3/a-i4830e.pdf?utm_source=chatgpt.com
15. Frongillo EA, Fram MS, Ghattas H, Bernal J, Jamaluddine Z, Kirkpatrick SI, et al. Development, validity, and cross-context equivalence of the Child Food Insecurity Experiences Scale for assessing food insecurity of school-age children and adolescents. J Nutr. 2022;152(9):2135-44. DOI: [10.1093/jn/nxac127](https://doi.org/10.1093/jn/nxac127)
16. Bernal J, Frongillo EA, Herrera H, Rivera J. Children live, feel, and respond to experiences of food insecurity that compromise their development and weight status in peri-urban Venezuela. J Nutr. 2012;142(7):1343-9. DOI: [10.3945/jn.112.158063](https://doi.org/10.3945/jn.112.158063)
17. Cotugna N, Forbes S. A backpack program provides help for weekend child hunger. J Hunger Environ Nutr. 2008;2(4):39-45. DOI: [10.1080/19320240802032099](https://doi.org/10.1080/19320240802032099)
18. Food and Agriculture Organization of the United Nations [Internet]. [Rome]: FAO; © 2026. FAO Hunger Map; [unknown date] [cited 2026 Apr 24]. Available from: https://www.fao.org/interactive/hunger-map/en/?utm_source=chatgpt.com
19. Food and Agriculture Organization of the United Nations; International Fund for Agricultural Development; United Nations Children's Fund; World Food Programme; World Health Organization. The state of food security and nutrition in the world 2020: transforming food systems for affordable healthy diets. Rome: FAO; 2020. DOI: <https://doi.org/10.4060/ca9692en>
20. Instituto Nacional de Estatística. MULTITEMAS 2015-2024: indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em Portugal – 2024 [Internet]. Lisboa: INE; 2025 [cited 2025 Apr 24]. Available from: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=707081807&DESTAQUESmodo=2&utm_source=chatgpt.com
21. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Declaração de Bissau. V Reunião Ordinária do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da Comunidade dos Países de Língua

Portuguesa [Internet]. Lisboa: CPLP; 2025. Disponível em: https://san.cplp.org/media/qam-n5hve/declara%C3%A7%C3%A3o-v-ro-consan_final.pdf?utm_source=chatgpt.com

22. The Lancet Commission on Obesity. The global syndemic of obesity, undernutrition, and climate change: The Lancet Commission report. Lancet. 2019;393(10173):791-846. DOI: [10.1016/S0140-6736\(18\)32822-8](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(18)32822-8)

23. Global Alliance Against Hunger and Poverty [Internet]. [unknown place]: Global Alliance Against Hunger and Poverty; © 2026. Members; [unknown date] [cited 2026 Apr 24]. Available from: https://globalallianceagainsthungerandpoverty.org/members/?utm_source=chatgpt.com

Acesse a Biblioteca Digital do Conass e baixe esta publicação
e os demais volumes da Linha Editorial Internacional de
Apoio aos Sistemas de Saúde (LEIASS) e muito mais!

www.conass.org.br/biblioteca

